

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 513.591 - MG (2019/0160004-9)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE : BRUNO LEMOS DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : ANDRÉ LUÍS DE ASSIS COSTA - MG085613**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **BRUNO LEMOS DOS SANTOS**, contra decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*.

O embargante sustenta que, apesar da determinação da sentença, o paciente continua preso preventivamente, em regime fechado.

Pleiteia o acolhimento dos embargos ou a reconsideração da decisão para que seja processado o *habeas corpus* e deferido o pedido de liminar.

**É o relatório.**

Diante dos argumentos expostos pelo impetrante, reconsidero a decisão agravada e determino o processamento do *habeas corpus*.

Saliente-se, inicialmente, que esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Das razões da impetração e em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, apesar da sentença ter determinado a expedição de Guia de Cumprimento Provisória da pena, não há notícia de que a parte tenha sido colocada no regime intermediário.

Assim, em que pese a custódia cautelar do paciente estar justificada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, tenho que o caso autoriza a concessão da ordem, de ofício, pois esta Corte, alinhando-se ao entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, tem admitido a adequação da segregação provisória ao regime fixado na sentença condenatória.

Sobre o tema:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PRÓPRIO E DANO. DOSIMETRIA DE PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO EM LIBERDADE INDEFERIDO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. ADEQUAÇÃO DA CUSTÓDIA AO REGIME FIXADO NA SENTENÇA. FLAGRANTE ILEGALIDADE EVIDENCIADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

6. Tendo a sentença condenatória fixado ao paciente o regime prisional semiaberto para o início do cumprimento da pena, deve a prisão provisória ser compatibilizada ao regime imposto, sob pena de tornar mais gravosa a situação daquele que opta por recorrer do decisor.

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para adequar a prisão preventiva ao regime prisional semiaberto fixado na sentença."

(HC 489.465/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO FALSO. REGIME INICIAL SEMIABERTO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PRISIONAL. COMPATIBILIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E O REGIME MENOS GRAVOSO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. RHC PROVIDO.

[...]

II - In casu, a sentença condenatória, muito embora tenha estabelecido o regime semiaberto, para o início do cumprimento da pena, negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade. Ressalvado o entendimento pessoal deste relator, deve o paciente aguardar o trânsito em julgado de sua condenação no regime intermediário, compatibilizando-se a prisão cautelar com o modo de execução determinado na sentença condenatória.

Recurso provido."

(RHC 111.068/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019)

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão agravada e **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo** a ordem, de ofício, para que o paciente aguarde o julgamento de seus recursos perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em estabelecimento adequado ao regime fixado na condenação (semiaberto), salvo se, por outro motivo, estiver preso em regime diverso.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo da Vara Criminal da Comarca de Curvelo.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator